

Conselho Municipal de Assistência Social

Lei Municipal nº 3448 de 21 de Dezembro de 1995

Lei Municipal nº 5.125 de 05 de Junho de 2013



RESOLUÇÃO Nº 02, De janeiro de 2025.

Dispõe sobre a aprovação do repasse, via Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), para cofinanciamento dos serviços da Proteção Social Básica e custeio das Ações da Vigilância Socioassistencial.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 18 de dezembro de 2024, no uso da competência que lhe confere o inciso II do art. 18 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS,

CONSIDERANDO a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS/1993, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, com nova redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011) em seu artigo 2º afirma a Vigilância Socioassistencial como uma função da política de assistência social, conjuntamente com a Proteção Social e a Defesa de Direitos;

CONSIDERANDO a Norma Operacional Básica do SUAS aprovada em 2012 – NOB/2012 - a vigilância socioassistencial, como eixo estruturante do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, é responsável por produzir, sistematizar e analisar as informações territorializadas sobre as situações de risco e vulnerabilidade que incidem sobre famílias e indivíduos;

Conselho Municipal de Assistência Social

Lei Municipal nº 3448 de 21 de Dezembro de 1995

Lei Municipal nº 5.125 de 05 de Junho de 2013



Considerando a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e suas atualizações;

Considerando a Lei Municipal nº 6015, de 10 de junho que dispõe sobre a Política de Assistência Social do Município de São Caetano do Sul;

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o repasse de recursos financeiros para custeio das ações voltadas para o desenvolvimento das macroatividades da Vigilância Socioassistencial; conforme a Resolução SEDS nº 36/2024.

Art. 2º Aprovar o repasse via Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) de recursos financeiros para investimento e custeio de ações para a qualificação do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) prestado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS); conforme a Resolução SEDS nº 35/2024

Art. 2º Esta resolução entra em vigor a partir da data da deliberação.

Luciana da Silva Del Santo

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social